

Escolarização básica no Brasil: evoluções, permanências e contrastes entre a população rural e urbana



Damiana de Matos Costa França¹

¹ Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Unidade Acadêmica de História (UAHIS) do Centro de Humanidades (CH). Rua Aprígio Veloso, 882, Universitário. Campina Grande - PB. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: damianamcf@yahoo.com.br

RESUMO. O texto apresenta, por meio de dados estatísticos, uma reflexão sobre a situação da escolarização básica da população residente no campo, face à população residente na zona urbana, no sentido de compreender avanços e permanências das condições da oferta educacional e seus efeitos no distanciamento e na aproximação da garantia da justiça social e do direito da escolarização. O processo metodológico envolveu a análise de conteúdo e a construção de dados quantitativos realizada com base nas informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para o estudo, foram selecionadas as categorias: número de escolas no campo, anos de estudo e acesso à escolarização por recortes de localização (rural/urbano). Os dados expressam uma situação desigual em indicadores de escolaridade e escolarização no tocante ao rural e às regiões Norte e Nordeste. Apesar dos avanços, as desigualdades no sistema educacional brasileiro são significativas e fortemente evidenciadas no contraste entre os meios rural e urbano. A persistência de situações desfavoráveis aumenta as condições de desigualdade da população do campo.

Palavras-chave: educação básica, justiça social, educação do campo, desigualdades educacionais.



Basic schooling in Brazil: advances, continuance, and contrasts between rural e urban populations

ABSTRACT. The text presents, through statistical data, a reflection on the situation of basic schooling of the population residing in the countryside, vis-à-vis the population residing in the urban area, in order to understand advances and permanence of the conditions of the educational offer and its effects in the distance and in the approximation of the guarantee of social justice and the right to schooling. The methodological process involved content analysis and the construction of quantitative data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) and the Institute for Applied Economic Research (IPEA). For the study, these categories were selected: number of countryside schools, years of study and schooling access by location (rural/urban). The data express an inequality situation in the schooling indicators of rural areas and the Brazilian North and Northeast regions. Despite the advances, the inequalities in the Brazilian educational system are significant and strongly evidenced in the contrast between rural and urban areas. The persistence of unfavorable situations increases the inequality condition of the rural population.

Keywords: basic education, social justice, rural education, educational inequalities.

Escolarización básica en Brasil: evolución, estancias y contrastes entre población rural y urbana

RESUMEN. El texto presenta, por medio de datos estadísticos, una reflexión sobre la situación de la escolarización básica de la población que reside en el campo, frente a la población que reside en el área urbana. La finalidad de la reflexión es comprender los avances y la permanencia de las condiciones de la oferta educativa y sus efectos en la distancia y aproximación de la garantía de justicia social y el derecho a la escolarización. El proceso metodológico involucró el análisis de contenido y la construcción de datos cuantitativos basados en información proporcionada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), por el Instituto Nacional de Estudios e Investigación Anísio Teixeira (INEP) y el Instituto de Investigación Económica Aplicada (IPEA). Para el estudio, se seleccionaron las siguientes categorías: número de escuelas en el campo, años de estudio y acceso a la escuela por ubicación (rural/urbana). Los datos revelan una situación desigual en términos de escolaridad e indicadores de escolaridad con respecto a las regiones rurales y las regiones Norte y Nordeste. Aún con los avances logrados, las desigualdades en el sistema educativo brasileño son significativas y se evidencian fuertemente en el contraste entre los entornos rurales y urbanos. La persistencia de situaciones desfavorables aumenta las condiciones de desigualdad de la población rural.

Palabras clave: educación básica, justicia social, educación rural, desigualdades educativas.

Introdução

A educação da população residente no campo, no Brasil, passou a ser um ponto de preocupação a partir do final do século XX. A Educação do campo é demarcada pelas reivindicações dos movimentos sociais campestres no sentido de construir uma educação escolar e uma política pública como direito dos povos do campo, em oposição à denominada educação rural. A partir do ano de 2002, os referências das políticas públicasⁱ educacionais para as populações do campo incorporaram o histórico de luta dos movimentos sociais, passando a considerar de certa forma o posicionamento e algumas concepções deste segmento social. No contexto da legislação e normasⁱⁱ, a educação do campo se materializou através de um conjunto importante de instrumentos que legitimam as demandas do movimento da Educação do campo pela universalização do direito à educação, com reconhecimento e valorização de suas especificidades. Com base em tal aproximação é que foram delineados os marcos normativo, legal e institucional dessa modalidade educacional.

Na história recente da escolarização brasileira ocorreram avanços no tocante à ampliação do acesso aos níveis e modalidades da educação. É, portanto, fundamental identificar as condições

educacionais dos brasileiros residentes no campo. O Brasil é um país marcado por contrastes e desigualdades no que tange à educação escolarizada. A declaração do direito à educação na Constituição Federal de 1988 enuncia uma educação plena e de qualidade, entretanto, conforme analisa Castro (2009), o acesso e a permanência na escola continuam a ser objetivos a serem alcançados nas regiões mais pobres do País, principalmente na região Nordeste. Segundo Castro (2010), o Brasil avançou nos últimos anos em termos de ampliação da escolarização, mas a desigualdade é retratada em todas as estatísticas, de modo que permanecem consideráveis e generalizadas defasagens em todos os níveis. Continua-se com desigualdades escandalosas, recortadas por marcadores regionais, étnico-raciais, de nível de renda e de residência urbana ou rural da população. Na história recente da escolarização brasileira, as estatísticas apresentam índices significativos de ampliação do acesso aos níveis e modalidades da educação básica, porém permanecem históricos desequilíbrios.

O presente trabalho busca compreender o potencial de incidência de melhoria e de permanência das condições da oferta educacional considerando marcadores como localização (urbana e

rural), as regiões do País, etapas e/ou modalidades da educação e dependência administrativa (federal, estadual, municipal e privada). O desenvolvimento metodológico do estudo envolveu a pesquisa documental, a análise e construção dos estatísticos. A pesquisa bibliográfica e documental fez parte da primeira etapa do estudo. Na segunda etapa, foram gerados dados estatísticos, com o objetivo de construir uma caracterização (panorama) da escolaridade e da escolarização da população urbana e rural. Os dados foram retirados de instituições oficiais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Algumas categorias foram selecionadas, entre elas: a quantidade média de anos de estudo (grau de escolaridade) da população de 15 anos ou mais, a frequência à escola e o número de escolas do campo. As categorias apontadas são analisadas segundo recortes de localização (urbano/rural). Foi utilizada a análise de conteúdo, como procedimento de análise de dados, o que permitiu à pesquisa uma visão mais aproximada à problemática analisada.

O artigo encontra-se organizado em quatro seções. Na primeira, é apresentada

uma reflexão sobre o meio rural e a importância da compreensão de sua delimitação e contagem da população nesse espaço. A segunda, traz a escola do campo e expõe o número de escolas e a sua realidade no País. Na terceira seção, menciona-se o contexto dos anos de estudo dos brasileiros de 15 anos ou mais anos de idade. A quarta seção pontua o acesso e a permanência da população brasileira no sistema educacional. Em seguida, algumas considerações são apresentadas de forma conclusiva a este trabalho.

O meio rural um espaço plural

É fundamental dirigir o olhar para a dimensão e a classificação populacional do meio rural, como um espaço que não apresenta uma unicidade em sua compreensão, de modo a refletir sobre os dados educacionais num contexto regional e territorial. Os dados divulgados pelo IBGE, no censo demográfico de 2010, demonstram que a população do meio rural precisa ser considerada diante do complexo e intenso processo de urbanização que torna invisíveis milhões de pessoas que vivem no campo. No contexto regional, o Nordeste, seguido da região Norte, apresentam os maiores índices populacionais na zona rural. Os dados dos Censos Demográficos (2000 e 2010) revelam que no intervalo de dez anos a

população rural brasileira apresentou uma diminuição de 3,2%. Os censos (2000 e 2010) evidenciam que as regiões Norte e Nordeste permanecem com a maior taxa populacional rural, mas também apresentaram uma redução desta população. Na região Norte, houve uma diminuição de 3,6% e, na região Nordeste, essa queda foi de 4%. A Região Sudeste permanece com a menor taxa populacional rural e apresentou a menor diminuição, de 1,9%. As regiões Sul e Nordeste apresentaram a maior redução da populacional rural, com 4%, entre os anos 2000-2010.

Diante dos indicadores populacionais rurais, José Eli da Veiga (2005, p. 5) apresenta uma outra compreensão sobre a classificação da dimensão do rural no Brasil quando afirma que “o Brasil é bem mais rural do que oficialmente se calcula”. Sobre o modelo de classificação populacional brasileiro, Veiga esclarece:

Infelizmente, o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais ... todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse desatino segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000 ... O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do

município União da Serra é uma ‘cidade’ na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. (Veiga, 2005, p. 5).

Para Veiga (2005), a densidade demográfica e a ocupação econômica da população precisariam ser consideradas no modelo de classificação populacional rural e urbana, porquanto o IBGE classifica, por exemplo, em sua contagem, residências em sedes municipais e distritais como “urbanas”. Os parâmetros de classificação da população em urbano e rural no Brasil são definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da sua localização. O IBGE enumera como áreas urbanas as capitais, cidades e vilas, enquanto são classificados como zonas rurais os aglomerados rurais, aglomerados rurais de extensão urbana, aglomerados rurais isolados (povoado, núcleo, lugarejo) (Brasil, 2010, p. 32).

Em relação à classificação da população em rural e urbana, o documento da II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo de 2004 enfatizou que deveria ocorrer:

A mudança da forma arbitrária atual de classificação da população e dos municípios como urbanos ou rurais; ela dá uma falsa visão do significado da população do campo em nosso país, e tem servido como justificativa para a ausência de políticas públicas destinadas a ela. (II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, 2004, p. 286).

O Parecer CNE/CEB 36/2001, homologado em 12 de março de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, delimita a concepção de campo. Os dados de situação e localização de domicílios do IBGE são utilizados para determinar se a escola encontra-se no campo e o direcionamento dos programas educacionais do governo federal. Segundo o IBGE, zona urbana é aquela situada nas sedes de distritos do município e, zona rural, aquela que não pertence a essa classificação. Essa informação de localização é seguida pelo INEP no censo escolar.

Em relação à definição realizada pelo IBGE para as áreas urbanas e rurais no Brasil, é desconsiderada a abrangência do rural, de acordo com os autores Ricardo Abramovay e Arilson Favareto (2010). Ainda em relação à contagem, caracterização e delimitação da população rural e urbana, os autores argumentam que:

... as mudanças na estrutura demográfica do desenvolvimento territorial brasileiro na década passada tornaram comum o fato de haver agricultores que residem nos pequenos núcleos urbanos e fazem deslocamentos diários até suas unidades de produção, ou inversamente, membros de famílias de agricultores que continuam residindo nas unidades de produção e fazem o movimento inverso, trabalhando diariamente em ocupações não agrícolas no núcleo

urbano próximo. Como contabilizar essa população? Pior: a delimitação entre rural e urbano torna-se arbitrária, uma vez que qualquer sede de distrito ou de um pequeno município é considerada urbana, ao mesmo tempo em que uma área remota num município metropolitano será considerada rural: perde-se, assim, a possibilidade de encarar a existência de municípios e regiões marcados por traços geográficos típicos da ruralidade, constituídos tanto por sua densidade demográfica, como por certas modalidades de relação com os ecossistemas de que dependem (Abramovay & Favareto, 2010, p. 51).

José da Veiga (2004) relaciona, com base na classificação utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), critérios estruturais e funcionais que consideram o tamanho populacional do município, densidade demográfica e localização. De acordo com o autor, o rural é entendido como territorial e não se resume ao que está fora do espaço considerado urbano, nem apenas nas atividades agropecuárias. Dessa forma, fica clara a necessidade de se entender os espaços e ou territórios rurais que fazem parte do Brasil e suas várias dinâmicas socioculturais específicas, assim como sua relação com os espaços urbanos. São, portanto, necessários à reflexão e o debate sobre o que é considerado e/ou delimitado como rural (campo) e urbano no processo de análise das políticas públicas educacionais direcionadas para a

população do Campo, assim como a localização e contagem para a caracterização das escolas “do campo” nos documentos orientadores das políticas no Brasil.

Escolas no campo

No Brasil, a educação básica para a população do campo se apresenta como um desafio quando se trata da necessidade de melhorias nas condições de acesso à escola, na qualidade do ensino e na regularização do fluxo escolar, sendo necessárias diversas mudanças, no intuito de garantir o acesso e a permanência dos estudantes do campo, desde políticas de

localização das escolas e transporte escolar até melhorias das condições materiais e estruturais das instalações escolares. No ano de 2003, de acordo como dados do Censo Escolar de 2013, o Brasil contabilizava um total de 103.328 escolas do campo. Já em 2012, existiam 74.112 escolas do campo. No período (2003 a 2012), 29.216 escolas do campo foram fechadas no País. Em 2013, existiam 70.816 escolas do campo no território brasileiro, sendo 70% multisseriadas. A Tabela 1, abaixo, apresenta os quantitativos de 2003 e 2012 discriminados por região.

Tabela 1 - Número de Escolas do Campo e Número de Escolas do Campo Fechadas no Período 2003 e 2012.

Regiões do Brasil	Número de escolas do campo		Escolas do campo fechadas	
	2003	2012	Nº	%
Nordeste	58.819	41.927	16.892	28,2
Norte	19.662	15.952	3.710	18,9
Sudeste	12.793	8.813	3.980	31,1
Sul	9.329	5.604	3.725	39,9
Centro-Oeste	2.725	1.816	909	33,4
Brasil	103.328	74.112	29.216	28,3

Fonte: Censo Escolar 2013. Elaboração da autora.

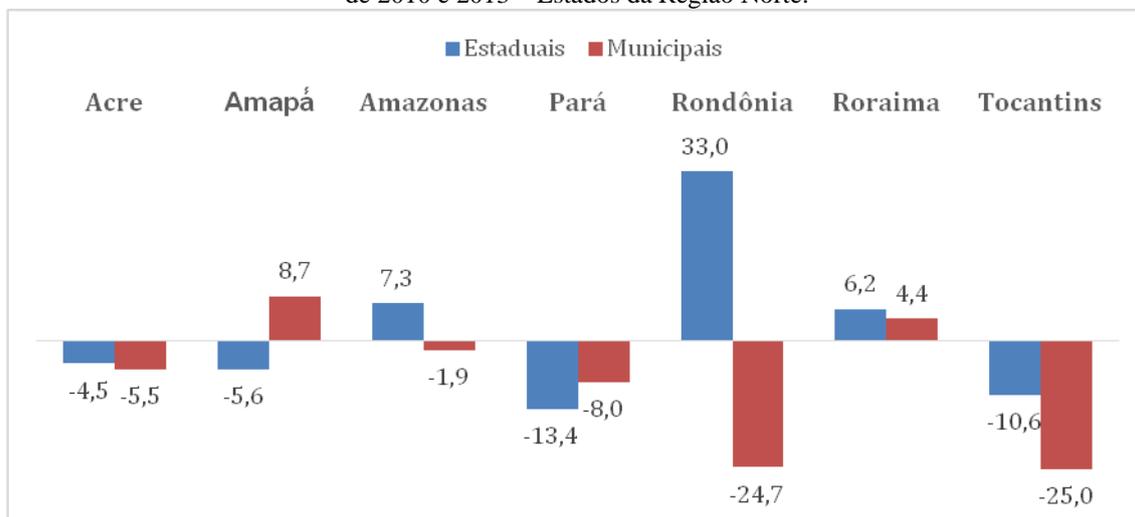
A região Nordeste apresenta o maior número de escolas do campo, região na qual se encontra também um elevado número de escolas do campo fechadas. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste a proporção de escolas fechadas ultrapassa os 30%, com a região Sul atingindo quase

40%. Algumas ações podem ser apontadas, em parte, como causadoras do encerramento das atividades dos estabelecimentos de ensino, entre elas a política de nucleação das escolas nos municípios brasileiros, tida como alternativa de melhoria na oferta

educacional, reforçada pela ausência de políticas públicas mais consistentes de educação para a população do campo, além do próprio êxodo rural, fruto da diminuição das pequenas propriedades, em detrimento de grandes áreas de plantação e colheita mecanizada, e a conseqüente falta de emprego no campo. Os dados apontam uma diminuição do número de escolas no meio rural, o que demonstra uma organização da oferta escolar concentrada em espaços urbanos, fato que contribuiu para o esvaziamento escolar do campo. Nas Figuras 1 a 5 pode-se visualizar a situação de cada região brasileira em termos de percentuais de abertura ou fechamento de escolas entre os anos de

2010 e 2013 nas redes estaduais e municipais. Vê-se as regiões onde ocorreu uma certa expansão das escolas, aquelas em que não houve alteração no número de escolas e as que desativaram escolas rurais de 2010 e 2013. De acordo com os dados, o maior número de fechamento de escolas no meio rural no período analisado ocorreu na rede pública municipal de ensino. A região Norte apresentou, entre os anos de 2010 e 2013, um fechamento de 1.200 escolas em domínio rural. Sendo que, desde total geral, 83 foram fechadas na rede estadual de ensino e 1.117 nas redes municipais.

Figura 1 - Percentual de escolas no meio rural abertas ou fechadas nas redes estaduais e municipais entre os anos de 2010 e 2013 – Estados da Região Norte.



Fonte: Indicadores Demográficos e Educacionais. Elaboração da autora.

De acordo com os dados da Figura 1, o estado do Pará apresentou o maior percentual de fechamento de escolas nas

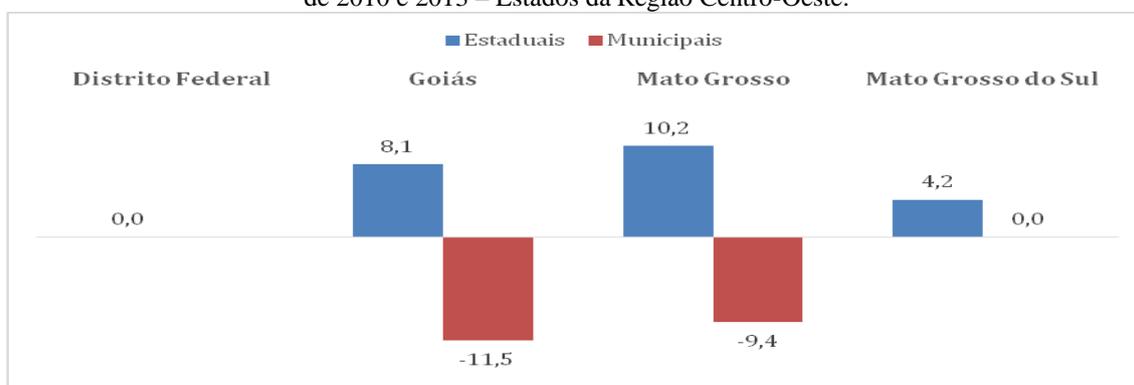
redes estaduais e municipais. Os estados de Rondônia e de Tocantins também apresentaram proporções mais elevadas de

fechamento de escolas na rede municipal. Chamam ainda a atenção os dados dos estados do Amazonas, Rondônia e de Roraima, nos quais houve aumento no número de escolas no meio rural, em suas redes estaduais, entre os anos de 2010 e 2013. Já o estado de Roraima apresentou um aumento no número de escolas em contexto rural na rede estadual e na rede municipal. No estado do Amapá ocorreu aumento no número de escolas na rede municipal, passando de 207 escolas, em 2010, para 225, em 2013. Os estados do Pará, Tocantins e Acre apresentaram percentuais altos de fechamento de escolas situadas no meio rural nas duas redes públicas de ensino (estadual e municipal). Observa-se que, em relação à rede municipal, o estado de Rondônia apresentou um percentual de 24,7% de fechamento das escolas em domínio rural. Na rede estadual, Rondônia mostrou um crescimento de 33% do número de escolas em âmbito rural na rede estadual; em 2010

eram 103 escolas e, no ano de 2013, esse número passou para 137. No Amazonas, na rede estadual, eram 124 escolas em 2010, aumentando para 133 em 2013 (7,3% acima). Roraima foi o único estado da região Norte que apresentou crescimento nas duas redes públicas de ensino: a rede estadual rural, em 2010, era formada por 276 escolas, e, em 2013, o número de escolas evoluiu para 293; a rede municipal, em 2010, era constituída por 229, e, em 2013, o número passou para 239.

Na região Centro-Oeste ocorreu, entre os anos de 2010 e 2013, o fechamento de 134 escolas no meio rural, todas da rede municipal. Os estados de Goiás e de Mato Grosso apresentam dados mais elevados de fechamento de escolas rurais na rede municipal. Contudo, segundo os dados da rede estadual da região, houve aumento no número de escolas no meio rural nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Figura 2 - Percentual de escolas no meio rural abertas ou fechadas nas redes estaduais e municipais entre os anos de 2010 e 2013 – Estados da Região Centro-Oeste.



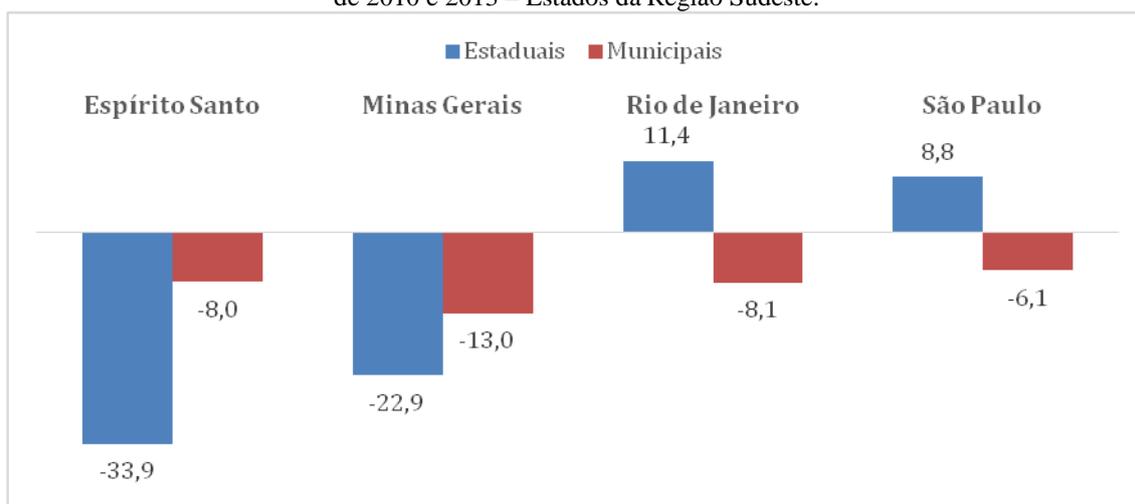
Fonte: Indicadores Demográficos e Educacionais. Elaboração da autora.

No Distrito Federal, eram 75 escolas rurais em 2010 e o mesmo número se manteve em 2013. A Figura 2 demonstra que os estados de Goiás e de Mato Grosso apresentaram um percentual alto de fechamento de escolas rurais na rede municipal. Esses dois estados apresentaram um crescimento no número de escolas rurais na rede estadual. Mato Grosso possuía, em 2010, 187 escolas e, em 2013, esse número passou para 206. No estado de Goiás, em 2010 existiam 62 escolas, e esse número aumentou para 67 em 2013. O estado de Mato Grosso do Sul não apresentou fechamento ou crescimento no número de escolas rurais na rede municipal de ensino, mantendo 176 escolas entre os anos de 2010 e 2013. Neste estado, houve pequeno crescimento do número de escolas

no meio rural na rede estadual de ensino, que em 2010 era composta por 48 escolas e, em 2013, passou a ser de 50.

A região Sudeste apresentou, entre os anos de 2010 e 2013, fechamento de 1.031 escolas no meio rural. Desse total geral, 161 foram fechadas na rede estadual de ensino, enquanto que, na rede municipal, um total de 870 escolas foram fechadas no contexto rural. O estado de Minas Gerais apresentou o maior percentual de fechamento de escolas se somadas as duas redes. O estado do Espírito Santo também evidenciou uma grande proporção de escolas fechadas em ambas às redes. Nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo houve aumento no número de escolas estaduais no meio rural.

Figura 3 - Percentual de escolas no meio rural abertas ou fechadas nas redes estaduais e municipais entre os anos de 2010 e 2013 – Estados da Região Sudeste.

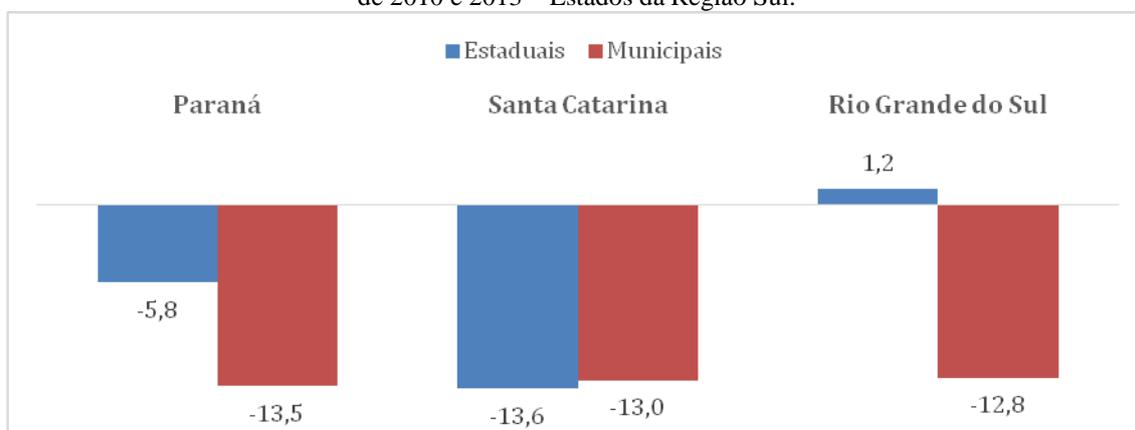


Fonte: Indicadores Demográficos e Educacionais. Elaboração da autora.

A Figura 3 mostra que os estados da região Sudeste apresentaram altos percentuais de fechamento de escolas no meio rural na rede municipal. Nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, apenas na rede estadual ocorreu crescimento no número de escolas em âmbito rural. No ano de 2010, o estado do Rio de Janeiro contava com 88 escolas rurais estaduais e, em 2013, esse número subiu para 98. O mesmo ocorreu com a rede estadual de ensino no estado de São Paulo: a rede era formada por 329 escolas no meio rural em 2010, número que, em 2013, elevou-se para 358.

A região Sul apresentou, entre os anos de 2010 e 2013, Figura 4, o fechamento de 666 escolas em contexto rural. Foram fechadas 58 escolas rurais na rede estadual de ensino e 608 na rede municipal. Segundo os dados, os três estados do Sul apresentaram um número elevado de escolas fechadas em domínio rural na rede municipal e na rede estadual. No Rio Grande do Sul, em contrapartida, houve aumento no número de escolas estaduais abertas no meio rural.

Figura 4 - Percentual de escolas no meio rural abertas ou fechadas nas redes estaduais e municipais entre os anos de 2010 e 2013 – Estados da Região Sul.



Fonte: Indicadores Demográficos e Educacionais. Elaboração da autora.

O estado do Paraná apresentou o maior percentual de escolas fechadas na rede municipal de ensino e o estado de Santa Catarina exibiu o percentual mais elevado de escolas rurais fechadas na rede estadual de ensino. O Rio Grande do Sul foi o único estado da região Sul que

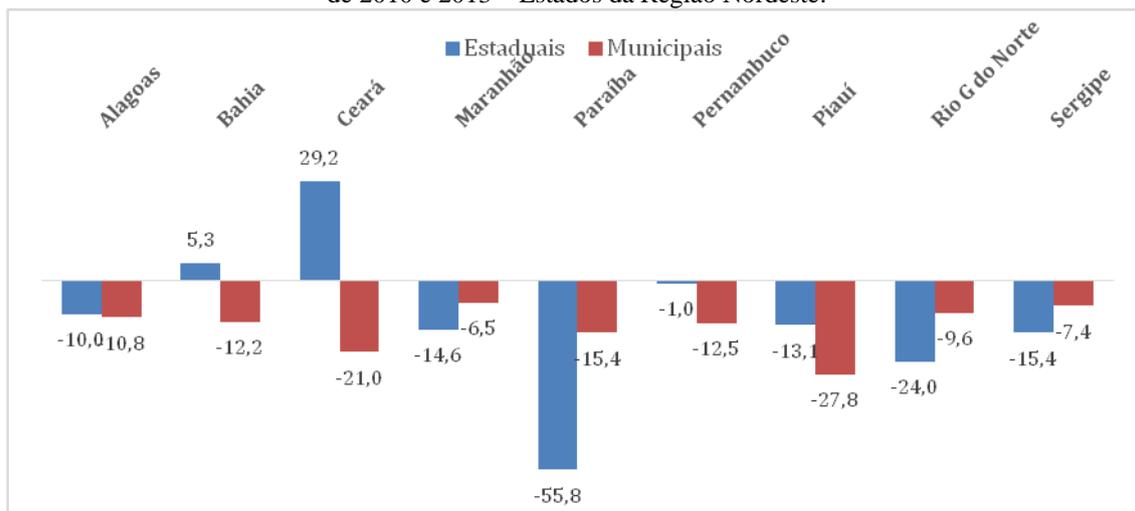
aumentou o número de escolas no meio rural, mas apenas na rede estadual: eram 659 escolas rurais em 2010, passando a 667 em 2013.

A Figura 5 demonstra que, na região Nordeste, entre os anos de 2010 e 2013 ocorreu o fechamento de 6.299 escolas em

âmbito rural: foram fechadas, no meio rural, 309 escolas da rede estadual e 5.990 escolas municipais. O estado da Paraíba apresentou um expressivo número de fechamento de escolas em ambas as redes. Os estados da Bahia, do Ceará e do Piauí

apresentaram um grande número de escolas municipais fechadas no meio rural. Os estados da Bahia e do Ceará apresentaram um aumento no número de escolas estaduais abertas em domínio rural.

Figura 5 - Percentual de escolas no meio rural abertas ou fechadas nas redes estaduais e municipais entre os anos de 2010 e 2013 – Estados da Região Nordeste.



Fonte: Indicadores Demográficos e Educacionais. Elaboração da autora.

Evidencia-se intenso fechamento das escolas localizadas no meio rural do Nordeste, comprovado pelos altíssimos percentuais de fechamento de escolas no plano rural na rede pública estadual de ensino e na rede pública municipal em todos os estados. Destaca-se o estado da Paraíba, que apresentou o maior número de escolas rurais fechadas na rede estadual: no ano de 2010 essa rede era formada por 283 escolas e, no ano de 2013, o número era de apenas 125 escolas. Ainda de acordo com os dados, no estado do Ceará houve aumento no número de escolas estaduais rurais: 48 escolas funcionando em 2010 e

62 em 2013. O estado da Bahia também apresentou um aumento no número de escolas rurais estaduais: de 114 para 120 escolas, de 2010 para 2013. No contexto escolar brasileiro, em muitos casos, o aumento no número de escolas no meio rural pode não configurar a construção de uma nova escola nesse espaço, mas apenas a mudança na sua classificação (ou nomenclatura), de escola urbana para escola do campo.

O cenário de fechamento das escolas no meio rural teve como apoio as políticas de nucleação e de transporte escolar. Essa ação teve sua origem na década de 1990,

num contexto político de privatizações de empresas estatais, na busca da consolidação de um Estado mínimo no tocante às questões sociais, baseadas no modelo neoliberal. Houve, contudo, alguns avanços, já citados, em prol do direito educacional da população residente no campo. Os dados evidenciam que o fechamento das escolas em âmbito rural apresenta maiores índices nas redes municipais. Com base na análise dos dados fica patente que o direito de escolher onde estudar pela população residente no meio rural foi relegado pela política de fechamento e nucleação de escolas. Tal ação parece contradizer a posição e o discurso assumido pelo governo federal a partir das reivindicações e da luta dos movimentos sociais do campo pelo direito à educação expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e nas diretrizes de educação do campo de 2002 e 2008. O processo de fechamento e nucleação das escolas rurais nas regiões brasileiras é (muitas vezes) justificado pelos gestores estaduais e municipais como a consequência da falta de recursos financeiros e administrativos para sua manutenção, dificuldade que justifica do mesmo modo a sua precarização.

As denominadas escolas núcleo recebem os estudantes das instituições fechadas na zona rural. A população rural

acessa as escolas núcleo, que se encontram espalhadas em áreas rurais e urbanas, em sua grande maioria, por meio do transporte escolar. A expansão do processo de nucleação de escolas rurais ocorreu articulado com o fechamento de escolas rurais.

Em relação a políticas educacionais de alcance mais geral, um fator que também pode ter contribuído para o fechamento de escolas no campo é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), quer dizer, o valor por aluno disponibilizado por esse Fundo. Diante do valor anual por aluno, muitos gestores municipais e estaduais passaram a fechar escolas alegando que as instituições rurais eram deveras pequenas e possuíam um número excessivamente reduzido de estudantes. Ou seja: o valor por aluno do Fundeb seria insuficiente para cobrir os custos das escolas rurais. Muitos governos estaduais e municipais afirmam que não possuem recursos financeiros para manter as escolas “pequenas” abertas no meio rural. O fechamento das escolas no âmbito rural, contudo, impõe à população estudante atingida o uso diário do transporte escolar, que inclui a saída do campo para ter acesso à escola. A ausência ou escassez, no meio rural, da instituição escolar contribui para a diminuição dos anos de escolarização e de permanência da

população camponesa em tal contexto. A população residente no meio rural precisa ter, tanto quanto o restante da população, a oportunidade de cursar até o final do ensino médio garantida pelo Estado brasileiro, portanto, manter as escolas em funcionamento no campo é um direito que envolve a garantia de igualdade de condições de acesso e permanência em todos os níveis e modalidades de ensino. Trata-se de um direito que se encontra ameaçado ao se constatar que o transporte escolar não respeita a orientação normativa de ser oferecido preferencialmente intracampo, transportando-se a grande maioria dos estudantes do campo para a cidade.

Diante do fechamento das escolas no campo, no ano de 2011, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) criou a Campanha intitulada “Fechar escola é crime!”, de abrangência nacional, para refletir sobre o fechamento das escolas no campo. Os dados mostram que o processo de fechamento das instituições de ensino ocorreu de maneira diferente nos estados que compõem as regiões brasileiras, como identificado nas Figuras. A pressão pública e política de algumas organizações e movimentos sociais contra o fechamento das escolas no meio rural culminou na Lei 12.960 de 27 de março de 2014, que alterou o Artigo 28 da LDB 9394/96. A Lei

inclui, entre os requisitos para o encerramento de atividades de uma escola do meio rural, a manifestação da comunidade onde a escola se situa, o que exige uma comunidade participativa, organizada e atuante.

No contexto da educação básica, do ano de 2012 até o ano de 2018, o meio rural brasileiro recebeu a atenção do governo federal, em colaboração com os estados, os municípios e o Distrito Federal, através do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que prevê em suas metas a construção de escolas no campo. Cabe ressaltar a existência de contradição no contexto da política pública de educação direcionada para a população do campo. Uma contradição representada na ação de governos estaduais e municipais que põem em prática o fechamento e nucleação de escolas em âmbito rural. Dessa maneira, a Política Nacional de Educação do Campo encontra-se implementada em meio a contradições que envolvem ações divergentes, como a construção de escolas ou o seu fechamento no meio rural, e apoiada numa orientação de nucleação auxiliada pelo transporte escolar. Essa ação neutraliza a presença da instituição escolar nesse espaço, assim como induz à redução da oferta escolar e das matrículas, o que tende a contribuir para diminuir as perspectivas educacionais

de vida no meio rural.

Apesar da existência de políticas públicas de educação do campo, os dados revelam uma expansão do processo de fechamento de escolas (estadual e municipal) no meio rural em todas as regiões brasileiras. Os dados evidenciam uma retração da oferta escolar no meio rural, ocasionando um esvaziamento, ou seja, um desaparecimento das escolas no meio rural. A política de fechamento das escolas nega o direito de escolha, assim como a nucleação, quando não oferece a liberdade de poder optar, quando não discute com a comunidade o resultado de uma concentração de escolas em poucas áreas rurais e as condições de utilização do transporte escolar.

Anos de estudo no contexto escolar brasileiro

A Constituição Federal de 1988 determinou o ensino fundamental como

obrigatório. A duração do ensino fundamental, estabelecida na LDBEN, era de no mínimo oito anos até 2006, quando passou a ser de nove anos, por uma modificação realizada no texto legal (lei nº 11.274/2006). Ou seja, oito/nove anos de estudos é a escolarização mínima a ser atingida pela população brasileira. Na categoria localização, no ano de 2012, a população urbana com 15 anos ou mais de idade atingiu 8,4 anos de estudo e, a população rural, 5,1 anos. Em relação à escolarização mínima de oito anos, a população rural ficou 2,9 anos abaixo desse mínimo e, a população urbana, atingiu 3,3 anos de estudo a mais que a população rural. A tabela 2, abaixo, detalha a média de anos de estudo da população brasileira nas décadas de 2000 e 2010, e aponta para a persistência de desigualdades no grau de escolaridade no tocante à localização (urbano/rural).

Tabela 2 - Média de Anos de Estudo da População de 15 Anos ou Mais de Idade – Total, Urbano e Rural – Anos Escolhidos.

Anos	Brasil	Urbano	Rural
2001	6,4	6,9	3,4
2003	6,7	7,2	3,8
2006	7,1	7,7	4,3
2009	7,5	8,0	4,8
2012	7,9	8,4	5,1

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração da autora.

A Tabela 2 possibilita algumas observações quanto à escolaridade. A primeira é que houve evolução positiva nos três recortes considerados. A segunda

observação refere-se à vantagem da população urbana em termos de média de anos de estudo. Diante dos anos escolhidos e apresentados na tabela (2001, 2003,

2006, 2009, 2012), a população da zona urbana mantém uma distância de 3,5; 3,4; 3,4; 3,2; 3,3 anos de estudos, respectivamente, a mais que a população residente na zona rural. A Tabela 2 revela ainda que a média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, residente no meio rural, é, em média, 3,4 anos menor em relação à população urbana. Observa-se que, de 2001 a 2012, houve um aumento em anos de estudo da população, de 1,7 anos. Observando os dados (tabela 2), é perceptível a existência

da distância em anos de estudo que separa a população urbana da população rural, que continua, no decorrer dos anos, a apresentar o menor número de anos de estudo em relação à população urbana. A desigualdade entre os dois grupos é constante, embora se perceba o aumento da média de anos de estudo da população rural, não ocorre em ritmo que permita maior equiparação com a população residente no meio urbano.

Tabela 3 - Média de Anos de Estudo da População de 15 Anos ou Mais de Idade por Região e Anos Escolhidos.

Regiões	Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade				
	2001	2003	2006	2009	2012
Brasil	6,4	6,7	7,1	7,5	7,9
Norte	6,3	6,6	6,6	7,0	7,4
Nordeste	4,9	5,3	5,8	6,3	6,7
Sudeste	7,1	7,4	7,8	8,2	8,5
Sul	6,8	7,2	7,6	7,9	8,2
Centro-Oeste	6,5	6,9	7,4	7,9	8,3

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração da autora.

Como já visto, no ano de 2012 a população do Brasil com 15 anos ou mais de idade atingiu 7,9 anos de estudos. No contexto regional, em 2012, a região Sudeste superou a escolarização mínima média, atingindo 8,5 anos de estudo, assim como as regiões Sul (8,2 anos) e Centro-Oeste (8,3 anos), e o Nordeste, com 6,7 anos de estudo, apresentou uma diferença de 1,8 anos em relação ao Sudeste, que

precisa ser superada para que a região possa equiparar-se. Os dados do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais passaram por uma ampliação, porém as desigualdades regionais persistem ao observar-se a categoria localização (urbana e rural).

A população de 25 ou mais anos de idade da zona rural, em 2012, apresentava a média de 4,3 anos de estudo, enquanto que,

na zona urbana, a mesma faixa etária detinha uma média de 8,1 anos de estudo. No ano de 2002, a população rural apresentava uma média de 2,9 anos de estudos e, a urbana, 6,7 anos. Os dados demonstram que ocorreu o mesmo ritmo de evolução nos dois casos (1,4 anos de estudo a mais de 2002 para 2012), mantendo-se, pois, a mesma distância de 3,8 anos de estudo na média. As tabelas permitem identificar que a desigualdade

educacional se mantém na trajetória escolar da população rural. Os dados apresentam movimento de progressão em relação à média de anos de estudo, mas sem alterar a distância em termos de estudos a mais da população urbana em relação à população rural, uma nítida desigualdade educacional que separa essas duas populações.

Tabela 4 - Média de Anos de Estudo da População de 15 Anos ou Mais de Idade da População em Situação de Pobreza – médias gerais e população rural – Anos Escolhidos.

	Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade em situação de pobreza comparado com o Rural			
	2001	2003	2006	2009
Brasil Pobre	4,2	4,7	4,8	5,1
Brasil Extremamente Pobre	3,6	4,1	4,3	5,0
Rural	3,4	3,8	4,3	4,8

Fonte: IBGE/PNAD e IPEA. Elaboração da autora.

Os dados da Tabela 4 apresentam a média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade em situação de pobrezaⁱⁱⁱ e destacam a situação da população do meio rural nesse quesito. Os dados do ano de 2009 mostram que os anos de estudo da população rural é 0,3 menor do que os da população considerada pobre e 0,2 menor que a população que se encontra na extrema pobreza. Os dados demonstram que, também sob esse ângulo da renda, a desigualdade educacional é sempre muito mais elevada na população rural brasileira. De acordo com a tabela 4, ao analisar a média de anos de estudo da população rural

em relação à pobreza (população pobre e extremamente pobre), percebe-se que, no período, os anos de estudo aumentaram – 1,4 de 2001 para 2009, o mesmo que a média da população extremamente pobre e mais do que a população pobre, cujo aumento foi de 0,9. Sob esse aspecto, mais uma vez, o grau de escolaridade evidencia a desigualdade social. Em 2012, o percentual da população extremamente pobre na zona urbana era de 2,7% e, na zona rural, esse percentual era três vezes maior, 9,5%. Os pobres da população urbana representavam 3,8%, enquanto que a população rural chegou a 14,9%, ou seja, mais do que o triplo. Os índices de

escolaridade têm relação com as variáveis como a renda e o custo das famílias mais pobres, em especial a população rural, de manter os filhos na escola, logo, as grandes desigualdades (regionais, urbana e rural) que se constituem no Brasil são refletidas também no contexto educacional.

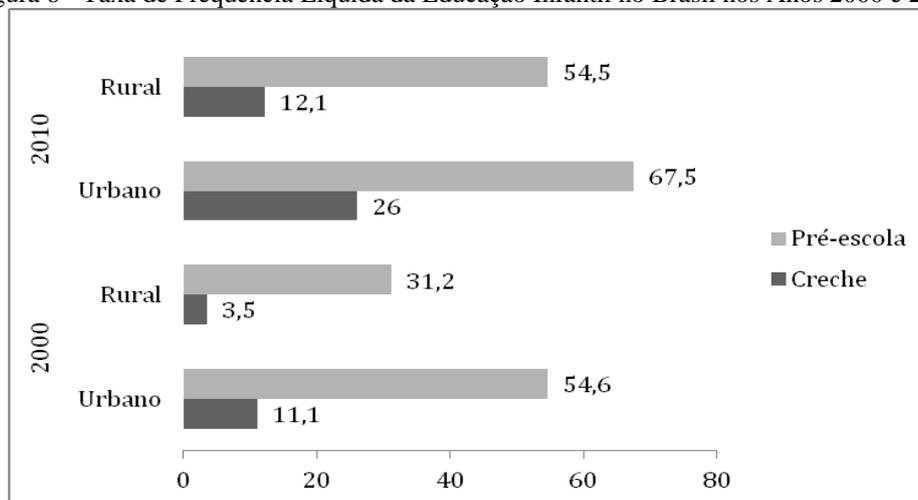
O Acesso e a escolarização

A desigualdade no acesso e permanência da população brasileira no sistema educacional também pode ser analisada a partir da taxa de frequência à escola. Dado o objeto deste estudo, trabalhou-se com dados de frequência a segmentos formais da educação, com especificação de taxas para os meios urbano e rural.

A educação infantil é representada pela creche e pela pré-escola^{iv}, conforme a Figura 6. Em 2000, a taxa de frequência à creche das crianças residentes na zona

urbana era de 11,1%, contra 3,5% para aquelas do meio rural. Em relação à categoria localização, fica bem evidente a desigualdade, pois a zona urbana concentrou 7,6 pontos percentuais a mais que a zona rural. Essa desigualdade aumentou no ano de 2010, quando, na zona urbana, com uma taxa de 26%, havia uma diferença de 13,9 pontos a mais em relação à taxa de frequência da creche na zona rural, que era de 12,1%. Ressalva-se, claro, que a taxa de frequência à creche aumentou no período, inclusive com aumento maior para as crianças do meio rural; porém esse aumento não foi em nível suficiente para diminuir a distância. Os números evidenciam que o cumprimento do direito à educação da criança de 0 a 3 anos ainda não é respeitado no País, com a persistência de um acesso desigual quando se trata do urbano e do rural.

Figura 6 - Taxa de Frequência Líquida da Educação Infantil no Brasil nos Anos 2000 e 2010.



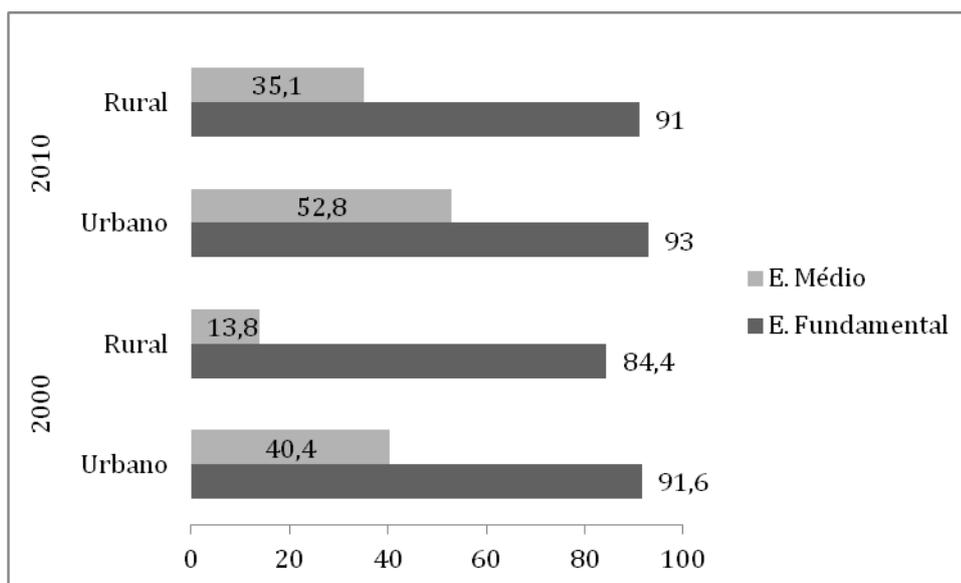
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaborado pela autora.

O acesso à pré-escola considerou a frequência das crianças de 4 a 6 anos. Em 2000, a taxa de frequência das crianças residentes no meio rural era de 31,2%, bem menor em relação à população urbana nessa faixa, que era de 54,6%, diferença de 23,4 pontos percentuais. Em 2010, as taxas de frequência tiveram um aumento, a zona rural com 54,5%, a zona urbana com 67,5%, uma diferença de 13 pontos percentuais, portanto, bem menor que dez anos antes. Os dados demonstram que houve um aumento no acesso à pré-escola

na zona urbana e rural, assim como uma redução na disparidade nos índices de frequência entre ambas.

Como pode ser observado na Figura 7, a taxa de frequência ao ensino fundamental (7 a 14 anos), nos anos de 2000 e 2010, revela disparidades bem menores em comparação a outros segmentos da educação sob a perspectiva de localização. A diferença de frequências, que era de 7,2 pontos percentuais em 2000, passou para 2% em 2010.

Figura 7 - Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental e do Ensino Médio no Brasil em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, 2010. Elaborado pela autora.

O acesso ao ensino fundamental, todavia, embora tido como universalizado, está longe de representar alcance integral aos benefícios escolares. Jorge Abrahão de Castro, pesquisador do IPEA, referindo-se ao final dos anos 2000, coloca que:

No ensino fundamental o maior desafio é a melhoria da qualidade do ensino (que vale para os demais níveis e modalidades da educação básica). Além disso, salientou-se que o grande desafio é a regularização do fluxo escolar, ou seja, é preciso atingir a universalização na conclusão do ensino fundamental e não apenas seu acesso (Castro, 2009, p. 695).

Ainda existe um grande número de crianças, adolescentes, jovens e adultos sem acesso à escola e a um ensino de qualidade, apesar do aumento e expansão das matrículas nos últimos anos. A taxa de frequência líquida do ensino médio (15 a 17 anos) era de 40,4%, no ano 2000, na zona urbana, um índice de 26,6 pontos percentuais a mais de frequência do que na zona rural, que apresentou 13,8%. Nos dados citados, as taxas de frequência ao ensino médio são baixas, sendo mais críticas na zona rural.

No ano de 2010, os dados de frequência ao ensino médio apontam para a persistência de desigualdades no acesso, no que tange à localização. A taxa de frequência, no ensino médio, dos jovens de 15 a 17 anos, residentes na zona rural, era de 35,1%. Essa mesma população, na zona urbana, atingiu a taxa de 52,8%, apresentando uma diferença de 17,7 pontos percentuais a mais que a frequência da população rural. Também é perceptível, nesse ano, que houve no ensino médio, na zona rural, um aumento significativo. Os dados referentes às taxas de frequência (líquida) evidenciam que houve uma evolução positiva do acesso às etapas da educação básica. Na educação infantil, o acesso é ainda muito reduzido, sendo necessária uma ampliação de vagas para que o direito à educação das crianças dessa

faixa etária seja respeitado. No ensino fundamental, torna-se essencial a garantia da permanência dos estudantes para atingirem a conclusão dessa etapa do ensino. Quanto ao ensino médio, faixa etária da população de 15 e 17 anos, é imprescindível que ocorram ações direcionadas a garantir a conclusão do ensino fundamental, além, é claro, da garantia de acesso e a permanência no ensino médio.

A Tabela 5 reúne as taxas de frequência líquida de segmentos da educação básica no ano de 2012, tendo em conta as etapas da escolaridade obrigatória em implantação (4 aos 17 anos de idade). De acordo com os dados, 92,5% da população de 6 a 14 anos frequentavam o ensino fundamental, o que indica que a universalização ainda não foi atingida, embora se deva considerar que esse indicador não capta as crianças de 6 anos que frequentavam a pré-escola à época do levantamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012. Em relação ao ensino médio, apenas 54,0% da população na faixa etária de 15 a 17 anos cursava—o ensino médio, portanto, apenas um pouco mais da metade dessa população. Diante da frequência líquida ao ensino médio, fica entendido que 46% da população nessa faixa etária não frequentava o ensino

médio: uma parte maior estava na escola, principalmente no ensino fundamental, e outra parcela, embora menor, estava sem estudar. Os índices demonstram a existência de uma lacuna educacional dramática na faixa etária ente 15 e 17 anos,

que precisa ser compreendida no processo de busca da universalização da educação básica, em especial no distanciamento dessa população do ensino médio.

Tabela 5 - Taxa de Frequência Líquida da População Residente no Brasil em 2012.

Taxa de frequência líquida 2012			
Regiões	Pré-escola 4 e 5 anos	Ensino fundamental 6 a 14 anos	Ensino médio 15 a 17 anos
Brasil	78,2	92,5	54,0
Norte	63,0	91,2	42,4
Nordeste	84,0	91,9	44,8
Sudeste	82,0	93,3	62,5
Sul	71,0	92,6	57,1
Centro-Oeste	70,6	92,3	58,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2012. Elaborado pela autora.

De acordo com o censo demográfico de 2010, existe no território brasileiro uma população de 65 milhões de pessoas com 15 anos ou mais anos de idade que não concluíram o ensino fundamental e 22 milhões com 18 anos ou mais anos de idade que não concluíram o ensino médio: por conseguinte, há 87 milhões de brasileiros com idade acima de 15 anos sem a escolaridade básica. Não se deve ignorar, todavia, como explicação parcial para esse fato, que o trabalho de crianças e adolescentes é uma realidade no mundo rural e também urbano. Os dados de 2012 demonstram que as crianças e os adolescentes residentes no meio rural com envolvimento em atividades domésticas

representam percentual maior que aqueles que vivem nas cidades. A proporção de crianças de 5 a 9 anos no Brasil, residentes no meio rural e que trabalhavam em casa, era de 20,2%, sendo 4,6 pontos percentuais acima da população urbana, que tinha 15,6% das crianças da mesma idade realizando trabalho doméstico.

Em termos regionais, a região Norte possuía o maior percentual na zona urbana, de 19,2%, e, na zona rural, a região Sul, com 23,3%, seguido pela região Norte, com 22,8%, acompanhada pelas regiões Sul e Centro-Oeste, com 17,4%. No Brasil, entre a população rural de 10 a 15 anos de idade, 60,3% realizavam atividades, sendo 6 pontos percentuais maior que a

população urbana, com 54,3%. Esse percentual fica maior entre os adolescentes de 16 a 17 anos de idade, com índices da população urbana (61,9%) e rural (62,6%) mais próximos. Deve-se salientar as horas por semana dedicadas, no Brasil, ao trabalho por crianças e adolescentes. As crianças de 5 a 9 anos de idade, moradoras da zona urbana, ficam 5,3 horas exercendo algum trabalho doméstico, na zona rural esse número aumenta para 6,6. Nesta faixa etária, de 5 a 9 anos de idade, a região Nordeste possuía a maior média de horas na zona urbana, com 6,3. Em relação à mesma faixa etária, a maior média de horas, com 8,0, situava-se na zona rural da região Centro-Oeste, seguido da região Nordeste, com 7,6.

A população urbana de 10 a 15 anos de idade trabalha uma média semanal de 10,5 horas, já os adolescentes de 16 a 17 anos de idade dedicam uma média de 13,5 horas ao trabalho. Na zona rural, a faixa etária de 10 a 15 anos trabalha 12,4 horas, 1,9 a mais do que a média da zona urbana. E a população de 16 a 17 anos da zona rural trabalha 15,8 horas, uma média de 2,3 horas além do que a população da zona urbana na mesma faixa etária. A permanência e o aumento de um número sempre significativo de trabalho infantil no campo podem ser compreendidos como um reflexo da desigualdade. No Brasil, a

Constituição Federal de 1988^v proíbe o trabalho infantil, no entanto, de acordo com os autores Alexandre Valadares e Marcelo de Souza (2015), o trabalho infantil em atividades agrícolas contabilizava, em 2004, dois milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 a 14 anos. No ano de 2013 houve uma redução desse número, para 839,6 mil. Porém, houve um aumento para 897 mil no ano de 2014, que representou uma elevação de 57,4 mil. Entretanto, os dados referentes aos anos de 2004-2014 apontam uma diminuição de 1,1 milhão, ou seja, 55%, no número de crianças trabalhando. Considerando a variável tempo, ou seja, quanto do tempo dessa criança é voltado ao estudo e ao lazer, o fato é que a maioria das crianças e adolescentes que trabalham dedicam a maior parte do seu dia à atividade laboral. Os dados, no entanto, retrataram uma diminuição das horas dedicadas ao trabalho ao longo dos anos no período de uma década:

Em termos de horas trabalhadas por semana ... os ocupados no meio rural, até 14 anos de idade ... em 2004, eles trabalhavam em média 18,2 horas, em 2013 esse tempo era de 15,5 horas, e, em 2014, de 14,4 horas semanais (Valadares & Souza, 2015, p. 48).

No contexto brasileiro, alguns estudos apontam que a implementação de políticas sociais com ênfase na redução da

pobreza e o aumento do número de políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa-Escola (2001), Programa Bolsa Família (2003) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996), tem se mostrado eficiente na redução do número de horas mensais de trabalho das crianças e no aumento da frequência escolar (Kassouf, 2007). Contudo, apesar das horas de trabalho infantil estarem diminuindo, ainda existe um grande número de crianças que continuam trabalhando e por um período longo de horas.

Os autores chamam à atenção para outras marcas, além da desigualdade social, como aquelas que ficam no corpo dessas crianças e adolescentes, ainda não preparados para o trabalho: “É bastante tênue a fronteira entre a exploração do trabalho infantil, com os danos físicos e sociais que este envolve” (Valadares & Souza, 2015, p. 49). De acordo com os dados, as desigualdades educacionais relacionadas com a localização (regional, urbano, rural) acentuam-se na população residente no meio rural. Os quantitativos são recentes, mas a tendência da desigualdade é histórica, a intervenção pública para reverter esse quadro nunca foi mais do que incipiente e pode-se dizer que apenas na última década a situação de escolaridade e escolarização da população

rural entrou mais fortemente na agenda pública e governamental como um problema merecedor de prioridade nas políticas públicas educacionais.

De acordo com o IPEA (2015), num período de dez anos (2004-2014), a educação, como política social, agregou alguns avanços. Segundo os autores Paulo Corbucci, Herton Araújo, Ana Codes e Camilo Bassi (2015), o Brasil atingiu, em 2014 a média nacional de 10 anos de estudos da população entre 18 a 29 anos. Em 2004 essa média era de 8,4 anos. Porém, as desigualdades regionais, sociais e de localização permanecem. A média de anos de estudos da população do campo entre 18 a 29 anos, em 2014, foi de 8,2. As desigualdades, no que competem à escolaridade, permanecem, sobretudo na faixa etária que abrange a população adulta e jovem. Diante desse contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), em sua Meta 8, tem como foco a população de 18 a 29 anos, a população do campo, os 25% mais pobres e os negros, considerados o centro para as políticas públicas. Nesse cenário, contudo, o analfabetismo persiste no cotidiano da população brasileira. A população de 15 anos ou mais apresentava em 2004 uma taxa de alfabetização de 88,6%. No ano de 2014, essa taxa aumentou para 91,7%, portanto, num período de 10 anos essa taxa sofreu um

aumento de 3,1 pontos percentuais (Corbucci *et al.*, 2015, p. 4).

Os dados escancaram a desigualdade educacional como um fenômeno presente na sociedade brasileira, que posiciona desfavoravelmente os que vivem no meio rural, interligado à gigantesca desigualdade social e à pobreza. De acordo com as tabelas e gráficos analisados neste estudo, a escolarização continua desigualmente distribuída no território brasileiro, os dados ademais indicam a ausência de igualdade de oportunidades educacionais entre a população residente no meio rural e aquela que reside nas cidades. Condições relativamente mais adversas de vida que atingem a população residente no campo são refletidas no contexto educacional, desnudando faces de desigualdade no acesso e na permanência da população na educação básica. Os dados retratam também que ocorreu uma melhora nos percentuais de escolarização no cenário regional e na categoria de localização, no tocante à população rural e urbana. Esses aspectos, de certa forma positivos, estão relacionados com o aumento dos anos de escolaridade e com a diminuição da taxa de analfabetismo, uma evolução que transparece as políticas públicas educacionais e mantém uma associação com a questão demográfica, atrelada à diminuição dos nascimentos, e,

consequentemente, ao envelhecimento da população brasileira.

No contexto do estudo, a justiça social, na dimensão do direito à educação para a população do campo, tem relação com a distribuição igualitária de oportunidades e de recursos no campo econômico, assim como o acesso e o respeito à cultura, circunscrita pelos campos de possibilidades da democracia, da participação social e do direito de fazer escolhas.

Considerações

A escola pública destinada à população do campo no século XXI continua a ser identificada como um espaço de ausências, em que os direitos ainda não são respeitados. As grandes disparidades quanto à localização e entre as regiões permanecem fazendo parte do contexto educacional e são as marcas de um déficit educacional histórico com a população residente no campo. Os dados analisados permitem a identificação da evolução positiva da escolarização brasileira, apresentam índices significativos na educação básica no tocante à ampliação do acesso aos níveis e modalidades da educação, porém permanecem históricas desigualdades educacionais em âmbito rural.

Diante do estudo aqui apresentado, conclui-se que as reflexões sobre a compreensão do significado e da abrangência do campo, meio rural e/ou zona rural, e a configuração do seu espaço, assim como o contexto (econômico, social, político e cultural) que se apresenta no meio rural brasileiro, precisam ser considerados no planejamento educacional e na construção das políticas públicas educacionais. Nesse sentido, é inadiável considerar os interesses da população que tem sua residência no campo, e que desejam permanecer, viver e trabalhar em sua localidade. Na mesma medida, o direito de escolha profissional dos jovens que nascem na zona rural precisa ser viabilizado e respeitado pelas políticas públicas educacionais (democráticas) direcionadas a essa população. Por meio de tais resoluções, poderia ser inicialmente atendido parte do objetivo das políticas públicas endereçadas a esses indivíduos: a fixação do homem no campo.

Referências

Abramovay, R., & Favareto, A. (2010). Contrastes Territoriais dos Indicadores de Renda, Pobreza Monetária e Desigualdade no Brasil da Década de 1990. *Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais*, 4(1), 39-83.

Castro, J. A. (2009). Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira. *Economia e Sociedade*, 30(108), 673-697.

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003>

Castro, J. A. (2010). *Perspectivas da Política Social no Brasil*. Brasília: IPEA.

II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo. (2004). Por Uma Política Pública de Educação do Campo. *Declaração Final: versão plenária*. Luziânia: [s.n.].

Corbucci, P., Araújo, H. E., Codes, A., & Bassi, C. (2015). PNADs 2004-2014 – Educação. In PNAD 2014 – breves análises. *Nota Técnica nº 22 IPEA*. Brasília, dezembro.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 05 de outubro). Recuperado em 10 junho 2019 de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010) *Censo demográfico 2010*. Brasília.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012*. Brasília.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2010). PNAD 2009 - Primeiras análises: situação da educação brasileira – avanços e problemas. *Os Comunicados do Ipea*, 66, nov.

Kassouf, A. L. (2007) O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*, 17(2), 323-350. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512007000200005>

Lei nº 9.394, (de 20 de dezembro de 1996). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Recuperado em 10 junho de 2019 de:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70320>

Lei nº 11.274, (6 de fevereiro de 2006). Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Recuperado em 10 junho de 2019 de:

<https://legis.senado.leg.br/norma/572813>

Lei nº 12.960, (de 27 março de 2014). Estabelece a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2014. Recuperado em 10 junho de 2019 de:

<https://legis.senado.leg.br/norma/584771>

Parecer nº 36, (de 04 de dezembro de 2001). Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2001. Recuperado em 10 junho de 2019 de: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>

Valadares, A. A., & Souza, M. G. P. (2015). Evolução do emprego agrícola entre 2005 e 2014: pequenos ganhos contra a precariedade predominante. In PNAD 2014 – breves análises. *Nota Técnica nº 22 IPEA*. Brasília, dezembro.

Veiga, J. E. (2002a). *Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Autores Associados.

Veiga, J. E. (2002b). A face territorial do desenvolvimento. *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 3(5), 5-19.

Veiga, J. E. (2004). Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura*, 56(2), 26-29.

Veiga, J. E. (2005). A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. *Cadernos do CEAM* (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília-UnB), 17, 9-22.

ⁱ Em 2003, foi criado o Grupo Permanente de Trabalho (GPT) de Educação do Campo, pela Portaria nº. 1374 de 03/06/03. Tal grupo concebeu o documento *Referências para uma política nacional de educação do campo*. A Coordenação de Educação do Campo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) foi criada em 2004.

ⁱⁱ Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 1/2002, a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, o Parecer CNE/CEB nº 1/2006, a Resolução CNE/CEB nº 4/2010. O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. A lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. O Parecer Portaria nº. 86, de 1º de fevereiro de 2013.

ⁱⁱⁱ Segundo o IPEA, período de referência set./2012: extremamente pobres – renda domiciliar per capita de até R\$ 75; pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 75 e menor que R\$ 150; vulneráveis – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 150 e menor que R\$ 622; não pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 622 (um salário mínimo de 2012).

^{iv} Os dados relacionados à educação infantil no ano 2000 correspondem a: 0 a 3 anos, creche; 4 a 6 anos, pré-escola; 7 a 14 anos, ensino fundamental; 15 a 17 anos, ensino médio. Os dados foram construídos a partir do IBGE - Censo Demográfico 2000.

^v Inciso XXXIII, art. 7º, proíbe o trabalho para menores de 16 anos.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 22/04/2020
Aprovado em: 05/06/2020
Publicado em: 29/03/2021

Received on April 22th, 2020
Accepted on June 05th, 2020
Published on March, 29th, 2021

Contribuições no Artigo: A autora foi a responsável por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author was responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: A autora declarou não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

CAPES.

Funding

CAPES.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

França, D. M. C. (2021). *Escolarização básica no Brasil: evoluções, permanências e contrastes entre a população rural e urbana*. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e8998. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8998>

ABNT

FRANÇA, D. M. C. *Escolarização básica no Brasil: evoluções, permanências e contrastes entre a população rural e urbana*. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 6, e8998, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8998>